

Uma retaguarda para a renegociação

por Pedro Cafardo
de São Paulo

O extenso trabalho divulgado ontem pela Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), de quase 3 mil linhas datilografadas, propõe uma "saída articulada" para resolver os três grandes problemas brasileiros da atualidade: a dívida externa, a dívida interna e a dívida político-social. Essa saída, como explicou o professor Paulo Rabello de Castro, economista e coordenador do corpo acadêmico da CEDES, começa necessariamente com a adoção de medidas para criar uma retaguarda que permita ao País, dentro de algum tempo, fazer uma efetiva renegociação de sua dívida externa, o principal problema que estrangula a economia.

Com tal começo, está claro que o estudo — os membros da CEDES não querem chamá-lo de documento — repele a proposta de moratória unilateral, considerada por Rabello de Castro "um desastre para quem tem zero de reservas cambiais e baixíssimos estoques de petróleo". Mas repele igualmente os reescalonamentos sucessivos da dívida. Nesse ponto, o economista explica que reescalonamento, segundo o trabalho, não envolve a discussão das taxas de juros da dívida: significa apenas assinar um novo papel assumindo um compromisso de pagar mais adiante. A renegociação, ao contrário, implicaria a discussão das taxas de juros.

Para chegar ao ponto de poder rediscutir as taxas, entretanto, será preciso, pelo estudo, fazer uma política que permita o aumento das reservas cambiais, pela mudança da política cambial, pela economia de petróleo, e pelo estímulo às safras agrícolas.

O CÂMBIO

Os membros do CEDES são cerca de 30 empresários de vários setores liderados pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira, Renato Ticoulat. Duas dezenas deles, entre os quais Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, Nildo Ma-



Paulo Rabello de Castro

sini, Paulo Gavião Gonçaga, Guilherme Afif Domingos, José Eduardo Vieira e Roberto Teles de Menezes, além de Ticoulat, aprovaram ontem em reunião em São Paulo o documento produzido pelo corpo acadêmico da CEDES. Fizeram apenas dois cortes: em trecho que pedia racionalização de combustíveis e em outro que explicava a proposta de criação das Leis de Comércio Exterior (LCE).

As LCE, entretanto, constituem a base da proposta de política cambial do trabalho. Sugere-se um "câmbio diferencial" (a expressão câmbio duplo é evitada) composto de taxa oficial e um câmbio livre, que teria taxas determinadas pela negociação das LCE. Estas seriam emitidas pelo Banco Central e entregues aos exportadores numa proporção de 30% de sua receita total. Os exportadores venderiam esses papéis aos importadores em geral. Somente as importações de petróleo e os pagamentos de juros seriam feitos com base na taxa oficial de câmbio. A principal vantagem desse "câmbio diferencial", segundo Rabello de Castro, é que ele não implica qualquer subsídio por parte do governo, ao contrário das propostas de desdolarização geral da economia. Isso permitiria também a imediata supressão dos incentivos às exportações, porque os exportadores seriam beneficiados ao negociarem suas LCE no mercado livre.

DEFICIT PÚBLICO

A solução articulada exi-

ge, segundo o documento, a resolução do problema do déficit público, o que se faria com o estabelecimento de metas rígidas para o orçamento monetário, com supressão de subsídios e com corte do déficit das estatais. Os subsídios seriam restritos ao que Rabello chama de "base da pirâmide", ou seja, para ajudar as pessoas que não têm renda que lhes permita a subsistência. Fazendo cálculos com base no número de desempregados, em cruzeiros de hoje, dando-se meio salário mínimo por pessoa, Rabello chega a um nível máximo de subsídio da ordem de Cr\$ 500 bilhões.

Numa área social, o trabalho propõe a indexação do salário mínimo pelo INPC integral e a negociação coletiva para os salários acima de um mínimo, tendo como piso a taxa estabelecida pelo Decreto nº 2.045. Além disso, sugere a extinção da aposentadoria por tempo de serviço e a descentralização da assistência médica.